

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 041, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2013.**

*“Revoga a Lei Municipal n º 2.138 de 06 de setembro de 2005 e suas alterações e institui e regulamenta o adicional de dedicação de tempo integral aos servidores públicos municipais e dá outras providências.”*

**SÉRGIO MUNHOZ**, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

**FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

**L E I**

**Art. 1º** Fica instituído o adicional de dedicação de tempo integral aos servidores públicos do Município de Eldorado do Sul.

§1º Considera-se adicional de tempo integral a vantagem pecuniária auferida em razão do desempenho de serviços com total dedicação, ficando vedado o desempenho de qualquer outra atividade profissional, pública ou privada, enquanto titular da função que exerce para a Administração, excetuando-se as atividades relacionadas à docência, sob todas as suas formas, frente a entidades públicas e privadas.

**Art. 2º** A convocação para trabalho no regime desta lei será feita através de portaria do Prefeito, por tempo determinado.

**Art. 3º** O servidor, enquanto convocado para o regime desta lei fará jus ao adicional de 20% (vinte por cento) sobre o vencimento básico do cargo.

**Art. 4º** A prestação do serviço sob o regime de que trata esta Lei é incompatível com a percepção de adicional por horas extraordinárias bem como qualquer outro adicional, salvo se convocado para integrar alguma comissão remunerada e ainda não se incompatibilizando com os direitos constantes no Estatuto do Servidor Público Municipal.

**Art. 5º** O adicional de que trata essa Lei não incorporará ao vencimento do servidor e as licenças previstas no Estatuto do Servidor Público de Eldorado do Sul, cessando o pagamento, quando cessar a atividade na função.

**Art. 6º** Em qualquer tempo e a juízo da Administração a convocação de servidor para o regime de que trata esta Lei cessará quando:

**I** – deixar de corresponder à conveniência do servidor ou da administração;

**II** – Tornar-se desnecessário ao servidor ou à Administração.

**Art. 7º** O adicional previsto para a prestação do serviço sob o regime de que trata esta Lei, não poderá ser cumulativo com qualquer outro adicional ou vantagem, salvo a convocação para compor qualquer das comissões remuneradas.

**Art. 8º** Revoga-se a Lei 2.138 de 06 de setembro de 2005, bem como todas as suas Leis alteradoras.

**Art. 9º** A vigência desta Lei será até 31 de dezembro de 2013.

**Art. 10º** Esta lei entra em vigor a partir de 01 de março de 2013.

Eldorado do Sul, 20 de fevereiro de 2013.

**SÉRGIO MUNHOZ**  
**Prefeito Municipal**

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

**Fabiana da Silva Kraschewski**  
**Secretária da Administração**

**Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_**

## **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos Nobres Edis, o Projeto de Lei Municipal nº 041, de 20 de fevereiro de 2013, que ***“Revoga a Lei Municipal nº 2.138 de 06 de setembro de 2005 e suas alterações e institui e regulamenta o adicional de dedicação de tempo integral aos servidores públicos municipais e dá outras providências.”***

Objetiva-se, com o presente projeto de Lei, possibilitar a convocação de servidores municipais para exercerem suas atividades em regime de dedicação de tempo integral, mediante retribuição pecuniária, sob a forma de adicional de função.

Insta salientar que tal adicional de função é concedido pela administração Municipal desde 2005, através da Lei 2.138, objetivando principalmente reduzir as despesas com horas extraordinárias.

A presente proposta visa reduzir o percentual anteriormente concedido de 50% para 20% considerando-se a série de medidas adotadas pela administração com intuito de reduzir os gastos com a folha de pagamento que compromete aproximadamente 50%, da arrecadação do município.

Justifica-se a presente alteração, pois que se conseguindo adequar a folha de pagamento a patamar inferior ao historicamente verificado no município, será possível a implementação do plano de carreira dos servidores, tão almejado pelo funcionalismo.

Importante referir que existe previsão orçamentária para suportar a despesa com essa Lei, eis que haverá redução significativa em relação aos valores anteriormente despendidos e pelo fato do presente projeto de lei estabelecer que a sua vigência será, até o final do exercício de 2013, ou seja, por período inferior a 2 anos, ficando dispensado o estudo de impacto orçamentário-financeiro.

Salienta-se que, nos termos do artigo 17 da lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), torna-se desnecessária a realização de estimativa de impacto orçamentário financeiro posto que a despesa será por tempo determinado e inferior a 2 (dois) anos.

Sendo assim, contando com a costumeira atenção, aguardamos Vossa manifestação com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

**SÉRGIO MUNHOZ**  
**Prefeito Municipal**